



VII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 08 a 10 novembro de 2011 - ISSN 2175-960X – Pg. 2281-2290

OFICINAS DE RECURSOS DE ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIA ASSISTIVA NO CURRÍCULO DAS LICENCIATURAS DA UERJ

SIMONE CONCEIÇÃO ESCOVINO RODRIGUES¹:

Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SUELLEN DA ROCHA RODRIGUES²:

Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

EDICLÉA MASCARENHAS FERNANDES³:

Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

JÉSSICA PAMELLA PEREIRA SERAFIM BONFIM⁴:

Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

THAIS SERPA DOS SANTOS⁵:

Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Introdução:

O presente trabalho é desenvolvido no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusiva (NEEI), da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), apresenta as pesquisas realizadas pelo Projeto de Iniciação à Docência “Recursos, Adaptações e Tecnologias Assistivas para Educandos com Necessidades Especiais” e pelo Projeto de Extensão “Inclusão e Diversidade Humana: Vivenciando Linguagens”. Nessas pesquisas, os bolsistas baseiam-se nas concepções teóricas e estudos desenvolvidos por Fernandes, Glat, Orrico, Redig, Leal & Feijó (2005); Lauand (2005); Fernandes, Orrico, Silva & Redig (2007); Glat (2007); Fernandes & Orrico (2008); Redig & Silva (2008); Escovino, Rodrigues & Fernandes (2010); Redig & Glat (2010), para oferecer suporte à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Apresentando oficinas de produção de materiais acessíveis aos alunos das disciplinas “Educação Inclusiva e Cotidiano Escolar” e “Práticas Pedagógicas em Educação Inclusiva”, da Faculdade de Educação da UERJ.

O trabalho tem como objetivo discutir a importância do estudo e da produção didática de recursos de acessibilidade por meio da metodologia pedagógica de duas oficinas: Oficina de Currículo e Adaptações (oficina que objetiva sensibilizar os licenciados acerca da utilização e importância das adaptações curriculares de pequeno porte – que são modificações que o professor faz no currículo, favorecendo a participação do aluno com necessidades

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da UERJ, bolsista de Iniciação à Docência do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial Inclusiva (NEEI/UERJ) Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20559-900, Brasil - simoneescovino@yahoo.com.br

² Graduanda do Curso de Pedagogia da UERJ, voluntária do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial Inclusiva (NEEI/UERJ) Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20559-900, Brasil - suellen2709@yahoo.com.br

³ Professora Adjunta do Departamento de Educação Inclusiva e Continuada da Faculdade de Educação / Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva (NEEI/UERJ) Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20559-900, Brasil – professoraediclea.uerj@gmail.com

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia da UERJ, bolsista de Iniciação à Docência do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial Inclusiva (NEEI/UERJ) Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20559-900, Brasil – pamellaserafim@hotmail.com

⁵ Graduanda do Curso de Pedagogia da UERJ, bolsista de Extensão do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial Inclusiva (NEEI/UERJ) Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20559-900, Brasil – tsarpa87@yahoo.com

educacionais especiais no processo de ensino/aprendizagem na sala de aula, ela podem ser realizadas na acessibilidade, nos objetivos, nos conteúdos, nas metodologias e na organização didática), e Oficina de Recursos de Tecnologias Assistivas (oficina que objetiva apresentar alguns programas e equipamentos como os softwares Boardmaker, programas de leitores de tela como o Dosvox e o Jaws, BrailleFácil e Falador; regletes; máquina de escrever em Braille; computadores adaptados; impressora Braille, que podem auxiliar, no cotidiano escolar, o processo de inclusão educacional de alunos com necessidades especiais).

A pesquisa fundamenta-se na Constituição Federal (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2003), na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007), e nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), legislações estas que possuem dispositivos que garantem os direitos sociais e educacionais das pessoas com qualquer tipo de necessidade educacional especial, ressaltando que tais indivíduos deverão ter condições de acesso à educação em todas as modalidades, sem discriminação e em igualdade de condições com os demais estudantes. Além, do Decreto 5.296 (BRASIL, 2004) que trata especificamente da acessibilidade e das tecnologias assistivas para melhoria da mobilidade da pessoa com deficiência, favorecendo a sua autonomia.

Para que se tenha uma educação de qualidade é necessário que existam recursos pedagógicos especiais para atender às necessidades específicas dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Essas leis possibilitaram que os conceitos se propagassem rapidamente entre todas as esferas da sociedade: educadores, familiares e lideranças políticas, mas isso ainda não significa a inserção de todos nos diversos setores como realidade e como prática.

Para algumas crianças e adolescentes, especialmente aquelas que possuem algum tipo de deficiência, este direito ainda está longe de ser plenamente realizado. O preconceito e a falta de conhecimento da legislação e das competências técnicas para utilização destes recursos, ainda deixam um grande contingente de pessoas fora da rede regular. O mais comum são as escolas recusarem a matrícula alegando não terem condições de receber a criança ou adolescente, afirmando que não tem estrutura pra receber esses alunos. Afinal, ainda existem muitos caminhos a serem percorridos, dentro e fora das instituições de ensino.

Para que o processo de inclusão educacional de alunos com necessidades especiais aconteça, faz-se necessário uma adequação de todo o ambiente escolar às necessidades do aluno, sejam as mesmas físicas, sociais ou educacionais. Tendo como princípio de que a escola satisfaça as necessidades básicas de aprendizagem e enriqueça as vidas dos alunos.

A educação inclusiva compreende esse processo: o de inclusão de tais alunos na rede comum de ensino em todos os seus níveis como aponta Glat ao referir-se à educação inclusiva:

“A Educação Inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção de barreiras para a aprendizagem”. (GLAT, 2007, pg. 16)

Ou seja, para se obter uma educação inclusiva, deve-se considerar como parte fundamental do currículo escolar do aluno com necessidades educacionais especiais a utilização, por parte dos

professores, dos recursos pedagógicos especiais para atender às necessidades específicas desses educandos. Sendo assim, o uso das tecnologias assistivas e das adaptações curriculares são formas eficazes que auxiliam no acesso ao currículo dos mesmos.

Segundo Fernandes e Orrico (2008), as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial de 2008.

“recomendam que a educação especial seja compreendida como uma parte da prática educacional inclusiva, oferecendo atendimento educacional especializado, organizando os recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras e possibilitem o acesso ao currículo, à comunicação e aos espaços físicos, considerando as necessidades de cada aluno, promovendo a sua formação integral com vistas à autonomia e independência.”

A proposta da educação inclusiva tem sido nos últimos anos, amplamente debatida, pelas mais diversas instâncias sociais. Em 1994, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) representou um marco favorável à inclusão, por fortalecer a ideia de que as escolas regulares devem receber todas as crianças, independentemente das dificuldades e diferenças existentes, quer física, social ou linguística, procurando respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem e formas de subjetivação.

Essa nova concepção de educação provocou consequências nos mais diversos sistemas educacionais, inclusive no Brasil. Segundo Fernandes, Orrico, Silva e Redig (2007) trouxeram a possibilidade do surgimento de um cenário de transformações acerca da oferta de atendimento educacional a alunos com necessidades especiais a partir do eixo norteador da inclusão social.

Neste ponto colaboramos com Glat (2007) quando diz que “pessoas com deficiências têm o direito de usufruir as condições de vida o mais comuns ou normais possíveis na sua comunidade, participando das mesmas atividades sociais, educacionais e de lazer que os demais.”

Por tanto, ao pensar em educação inclusiva, é necessário refletir sobre as questões de uma escola de qualidade para todos, incluindo alunos e professores, através da visão ideológica de realidade construída sócio e culturalmente por aqueles que são responsáveis pela educação. Educar indivíduos em segregadas salas de educação especial significa negar-lhes o acesso a formas ricas e estimulantes de socialização e aprendizagem, e que em grande parte das vezes acontecem em sala de aula regular devido à diversidade presente neste tipo de ambiente.

Atualmente, para que o processo de inclusão educacional de alunos com necessidades especiais ocorra nas escolas, faz-se necessário o uso das adequações curriculares, pois elas sem dúvida colaboram para o desenvolvimento da aprendizagem de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, e em termos de recursos, as adaptações são consideradas de significativa importância tanto em escolas especiais, quanto em escolas inclusivas.

De acordo com Barbosa (2002), as práticas pedagógicas não são inclusivas nem se importam com a diversidade existente na sala de aula. Pois, partem do princípio de que todos aprendem da mesma maneira, mas ressalta que uma Pedagogia Inclusiva propõe que todos os alunos tenham a oportunidade de se ajudarem e ensinarem uns aos outros e sendo assim, firma-se em dois importantes argumentos para a implantação da escola inclusiva, onde no primeiro a inclusão mostra ser benéfica para educação de todos os alunos independente de suas

habilidades ou dificuldades e no segundo baseia-se em conceitos éticos de direito do cidadão, ou seja, as escolas são construídas para promover educação igualitária e de qualidade para todos.

E visando o ideal de acessibilidade ao currículo, como é revelado no texto do MEC sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007), encontra-se a seguinte afirmação:

“a concepção de currículo dinâmico e flexível estruturado de modo a favorecer a aprendizagem de todos os alunos e superar a lógica de adaptações pressupõe uma proposta curricular construída na perspectiva de viabilizar a articulação dos conhecimentos do ensino especial e do ensino comum, que promova a ampliação dos conhecimentos e experiências de vida e a valorização dos percursos de aprendizagem”. (pg. 15)

Diante de uma sociedade tão diversificada como a do Brasil, a educação inclusiva ainda não está muito bem compreendida, pois ainda há educadores com desconhecimento sobre a situação, além disso, a escola acaba por excluir alguns alunos, especialmente os com necessidades educacionais especiais.

Historicamente a formação docente vem sendo modificada em função das políticas públicas educacionais, no entanto uma formação mais específica para atuar com pessoas com necessidades educacionais especiais é muito mais recente que toda a história da formação docente.

A legislação brasileira, através da LDBEN 9.394/96 (BRASIL, 1996), em relação à capacitação de professores, destaca que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais, professores capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Além da capacitação dos professores, as novas tecnologias têm se tornado um recurso facilitador utilizado na inclusão e integração das pessoas com necessidades especiais. Esses recursos podem ser denominados como tecnologia assistiva, ajudas técnicas, tecnologia de apoio, de suporte ou de autoajudas.

Ao longo da história, a tecnologia vem sendo utilizada para facilitar a vida do ser humano, e para as pessoas com necessidades especiais esse pode ser o diferencial o possibilitará a ter uma vida próxima do “normal”. É um termo ainda novo que pode proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade.

Segundo o portal de ajudas técnicas do MEC, Tecnologia Assistiva (TA) é um termo novo utilizado para determinar um campo que engloba equipamentos, recursos e também serviços que promovam ao indivíduo, com deficiências ou incapacidades provenientes da idade, maior facilidade na realização de atividades, mantendo ou melhorando suas capacidades funcionais. Ainda de acordo com o portal de ajudas técnicas, o processo que envolve a implementação desse tipo de tecnologia é complexo e exige o trabalho de uma equipe multidisciplinar com pedagogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, engenheiros, psicólogos, entre outros profissionais. Estes devem estar atentos durante o processo de escolha e aquisição de um equipamento de tecnologia assistiva, avaliando as necessidades e peculiaridades do usuário, na tentativa de selecionar o recurso mais apropriado. Também podem participar do

desenvolvimento de novas tecnologias, assim como o ensino e a utilização nos diferentes ambientes frequentados pelo usuário.

Neste contexto, os recursos de tecnologia assistiva tornam-se não só uma opção como muitas vezes são a única alternativa destes educandos em sua aprendizagem.

Segundo Lauand (2005), tecnologia assistiva é uma variedade de itens e recursos que auxilia o indivíduo com deficiências, tais como softwares especiais, adaptações, rampas de acesso, barras de auxílio, dispositivos eletrônicos, etc. A autora descreve vários tipos de classificação de tecnologia assistiva, neste trabalho adotaremos a relativa ao custo e funcionamento dos recursos. Assim, tais recursos podem ser classificados em: recursos de baixa-tecnologia (simples, não-elétricos e de baixo custo), recursos de média tecnologia (normalmente utilizam a eletricidade, mas não se faz necessário o uso de computadores) e recursos de alta-tecnologia (requerem sistemas computadorizados, operados através de programas de softwares especiais).

Porém, como é apontado no item 64 da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

“As atividades do atendimento educacional especializado devem ser realizadas mediante a atuação de professor com formação para o atendimento educacional especializado que o habilite para o ensino da língua brasileira de sinais, da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação aumentativa e alternativa, o desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, a utilização de recursos ópticos e não ópticos, tecnologia assistiva e outros recursos”.

O artigo 99 do Decreto 3.298/99, inciso VI, inclui como ajudas técnicas os elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização para a pessoa com deficiência.

O professor deve obter uma formação específica para que possa atuar na área da educação inclusiva, adequando assim sua prática, lidando por tanto com as diferenças e fazendo com que se ampliem positivamente as experiências de todos os educandos dentro do princípio de educar para a diversidade. Pois como afirma Fernandes e Orrico (2008)

“A ajuda técnica para além de ser uma prótese, órtese ou uma adaptação tecnológica ela é corpo, é vida, e passará a fazer parte dos momentos mais íntimos da pessoa com deficiência, auxiliando-a neste redimensionamento, na redescoberta e na apresentação de possibilidades corporais até então desconhecidas. Neste sentido, ajuda técnica é acesso, acessibilidade, ponte para um reequilíbrio no mundo interno e para a manutenção da vida social da pessoa com deficiência. É ser humano que segue em sua existência, e vimos que alguns povos primitivos já perceberam bem antes de nós estas necessidades.” (p.42)

Metodologia:

A metodologia baseia-se na pesquisa qualitativa participante, a partir da necessidade expressa pelo educando com necessidade especial, criando adaptações curriculares e Tecnologias Assistivas que facilitem o acesso do educando ao currículo. Tendo como objetivo mostrar aos participantes, através de oficinas pedagógicas, a importância que os recursos de acessibilidade possuem no aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais, demonstrando

assim, que tais materiais auxiliam no desenvolvimento destes indivíduos dentro e fora da escola.

As Oficinas de Currículo e Adaptações, e de Recursos de Tecnologias Assistivas são realizadas semestralmente desde 2009, no NEEI e no Núcleo de Suporte e Ajudas Técnicas às Ações Inclusivas (NUSAI) da UERJ, sendo um diferenciador na ementa das disciplinas. A cada semestre são realizadas cerca de cinco Oficinas de Currículo e Adaptações, e cinco Oficinas de Recursos de Tecnologias Assistivas, onde cada uma atende em média 30 alunos por turma, num total de cinco turmas, ou seja, as oficinas atendem, semestralmente, cerca de 150 alunos, dos cursos de Licenciatura.

As oficinas ocorrem na Faculdade de Educação da UERJ, no percurso das disciplinas: “Educação Inclusiva e Cotidiano Escolar” e “Práticas Pedagógicas em Educação Inclusiva”. Onde, no meado de cada semestre, são marcadas com cada professor das disciplinas as datas e os locais onde elas serão oferecidas. De acordo com o cronograma das suas aulas, nessas datas, (os bolsistas dos Projetos citados anteriormente), recebem os alunos da Graduação e mostram o funcionamento e a utilização de programas e equipamentos de Tecnologias Assistivas e a utilização de adaptações curriculares de pequeno porte.

O NEEI e o NUSAI são espaços de interação e capacitação para os alunos da UERJ. Nesses espaços, os estudantes entram em contato com alternativas de adaptação curricular para garantir o acesso e a aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais.

As oficinas são realizadas para mostrar aos seus participantes a importância que as adaptações curriculares e o uso das tecnologias assistivas possuem no aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais. Demonstrando assim, que o material auxilia não só no desenvolvimento desse indivíduo dentro da escola como também fora dela. Em seguida, é realizada uma demonstração dos materiais, como: as adaptações curriculares de pequeno porte, direcionadas as mais diferentes áreas de conhecimento, e as tecnologias assistivas direcionadas mais as deficiências ligadas à dificuldade de comunicação e a deficiência visual.

As Oficinas de Currículo e Adaptações são oferecidas no NEEI, e tem como objetivo promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre a temática da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão de pessoas com deficiência. Criado em 2004, o NEEI, possui um acervo de monografias, teses, dissertações, livros, vídeos e Banco de Dados de Adaptações Curriculares confeccionadas por alunos das disciplinas “Educação Inclusiva e Cotidiano Escolar”, e “Prática Pedagógica em Educação Inclusiva”, do curso de Pedagogia e dos cursos de Licenciatura, respectivamente, além de adaptações criadas por seus bolsistas. Nas oficinas, são mostrados os materiais de adaptações curriculares que servem de apoio didático para o processo de ensino aprendizagem de alunos com deficiências (FERNANDES, GLAT, ORRICO, REDIG, LEAL & FEIJÓ, 2005; FERNANDES, REDIG, & SILVA, 2008).

As Oficinas de Recursos de Tecnologias Assistivas são oferecidas no NUSAI e têm como objetivo mostrar aos seus participantes alguns equipamentos de tecnologias assistivas, anteriormente citados. Demonstrando aos alunos os recursos que são utilizados principalmente por pessoas com cegas, com baixa visão, dificuldades na coordenação motora e na comunicação. As oficinas visam ainda à formação teórica e prática dos graduandos dos cursos de Pedagogia e demais Licenciaturas da UERJ, na perspectiva da Educação Inclusiva. Criado em 2009, o NUSAI ainda realiza oficinas pedagógicas que visam proporcionar aos profissionais que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais uma formação continuada a respeito da utilização das chamadas tecnologias assistivas. (OLIVEIRA, 2009;

RODRIGUES & MACHADO, 2009; FERNANDES, ESCOVINO, RODRIGUES, 2010; REDIG & GLAT, 2010).

As oficinas ministradas no NEEI e no NUSAI têm o intuito de oferecer suporte aos futuros professores para que possam proporcionar uma melhor e mais digna aprendizagem aos seus educandos, dentro delas procura-se mostrar aos participantes a importância dos recursos, das Tecnologias Assistivas dentro do aprendizado dos educandos com necessidades educacionais especiais e como elas atuam dentro e fora do ambiente escolar. Nessas oficinas os participantes têm contato com os materiais, softwares e também com o acervo de adaptações curriculares, desenvolvidos para as diferentes necessidades especiais do alunado e que vão sendo mostrados e utilizados no decorrer da disciplina de acordo com o interesse demonstrado pelo aluno. Com o intuito de ampliar as oportunidades de formação, estudo e aprendizagem dos alunos das licenciaturas, de modo que possa fazer uma melhor leitura da realidade educacional, social e escolar e vivenciar atividades de seu campo profissional futuro. Assim como enfatizado na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) os graduandos destas disciplinas podem então compreender que as diferenças humanas são normais e que o processo de ensino/aprendizado necessita ser adaptado às necessidades do educando, ou seja, que o aluno deva adaptar-se a conjecturas previamente estabelecidas em relação ao seu ritmo e à natureza do seu processo de aprendizagem e capacidades.

Ao final do semestre, os alunos, entregam uma avaliação acerca das percepções que obtiveram em relação às oficinas, para que a partir delas, seja possível avaliar o impacto do conhecimento destes recursos neste grupo de alunos. Os relatórios são avaliados numa perspectiva qualitativa e pelo levantamento de categorias emergentes nos depoimentos dos memoriais.

Resultado:

Até agora os resultados obtidos com as Oficinas Pedagógicas, no NEEI e no NUSAI, desenvolvidas nos cursos de Licenciaturas da UERJ, apresentam-se em sua grande maioria de forma positivos e demonstram sua relevância para a formação, propiciando maiores oportunidades de aprendizagem e também a capacidade de superarem muitos desafios para trabalhar em meio à diversidade do alunado.

É válido salientar, ainda que as oficinas, em particular, têm funcionado como um diferenciador na formação dos graduandos da UERJ. Espera-se, a partir daí, que essa experiência assegure a todos os alunos uma formação sólida e ampliada. Ao final das Oficinas Pedagógicas osicineiros juntamente com os participantes constroem uma reflexão atualizada das práticas pedagógicas nas diferentes áreas do conhecimento, acabando por conhecer, propor e experimentar novas maneiras de ensino e aprendizagem.

A realização das oficinas ainda proporciona aos professores em formação acesso às novas metodologias, conteúdos e materiais de ensino, bem como insere estudantes e monitores no contexto da formação continuada de professores. Constitui um espaço de construção de conhecimentos e articulações dos movimentos sociais em prol da inclusão, demonstra também pelos resultados dos seus projetos a viabilidade de uma educação inclusiva, cujos atores envolvidos: bolsistas, alunos, professores e a sociedade civil organizada, buscam sistematizar as questões relacionadas ao direito da pessoa com deficiência e, através da pesquisa, enfatizar a importância da luta pela transformação da sociedade excludente.

Discussão:

Dá-se maior importância à formação puramente acadêmica, em vez de favorecer a diversidade que é encontrada na própria sala de aula. Por conseguinte, os cursos de formação devem repensar a sua prática, incentivando ações pedagógicas interdisciplinares, propiciando um enriquecimento na formação geral, através de oficinas pedagógicas, entre diferentes áreas e disciplinas dos cursos universitários.

De acordo com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), não é a escola que deve se adaptar ao aluno, mas sim o contrário. Por isso, a inclusão promove uma modificação em todo o âmbito educacional, pois o cidadão com deficiência deve ser incluído independentemente de sua condição física, social ou intelectual. As pessoas com deficiências possuem qualidade e capacidades, assim como qualquer outro ser humano.

Para que a inclusão ocorra de fato, sem o desvio de sua verdadeira proposta, é necessário que existam espaços para discussão, pesquisa e produção de conhecimento em torno desta temática, pois o diálogo e a troca de experiências bem sucedidas são de extrema importância para os que aderem de fato à proposta da inclusão provem à sociedade que a inclusão das pessoas com deficiência é possível.

No entanto, nota-se que mesmo após quinze anos do advento da Declaração de Salamanca as dúvidas e os preconceitos ainda persistem e é por este motivo que o NEEI e NUSAI oferecem projetos, palestras, materiais e assessorias, para que a comunidade tenha acesso a essas informações. A inclusão é um processo que beneficia a todos, por isso, os projetos do NEEI e NUSAI trazem a intenção de sensibilizar não só os professores, mas também toda a sociedade para a promoção da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares. Através dessas atividades, buscam-se promover reflexões a respeito do preconceito ainda existente em relação à deficiência, presentes em nossa sociedade.

Com isso, entende-se que tanto o uso de adaptações curriculares no ambiente escolar, quanto à acessibilidade ao currículo, contribuem de forma direta para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, e dessa forma, colabora para o desenvolvimento da comunicação dos mesmos com toda a sociedade, afinal promove e facilita a interação desses educandos, possibilitando que se expressem e troquem experiências com os demais.

Conclusão:

A partir dos relatos nas avaliações, apresentadas pelos alunos após as oficinas, são possíveis observar o desconhecimento deles em relação aos recursos de tecnologias assistivas e das adaptações curriculares de pequeno porte. Além, da falta de informação que cede lugar a descrições acerca do enriquecimento destes conhecimentos em suas futuras práticas docentes. Neste sentido os alunos da licenciatura passam a observar que é necessária a utilização dos recursos de acessibilidade para que se possa oferecer uma educação de qualidade não apenas para os educandos com necessidades educacionais especiais mais para todos. Verificando ainda que a utilização desses recursos em diferentes contextos pode auxiliar no desenvolvimento e no ensino/aprendizagem dos educandos com necessidades especiais viabilizando o entendimento e transmissão do conteúdo. Procurando remover barreiras de acessibilidade, detectar os problemas e encaminhar as possíveis soluções.

Levando em consideração que o uso dos recursos de acessibilidade é muito importante para o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais. Pois, quando são utilizados pelos

professores nas instituições de ensino, constitui um espaço de desafio por parte de todos os envolvidos nesse processo, sejam professores ou alunos. Pois, os recursos de acessibilidade podem ser utilizados na sala de aula, como materiais que servem de apoio didático, adaptando o currículo às necessidades educacionais especiais de cada aluno, a fim de garantir uma aprendizagem plena.

Mesmo que não seja o foco principal dessas disciplinas o aprofundamento em tecnologias assistivas, percebe-se uma ação diferenciada na formação deste aluno, graças à implantação destas atividades e oficinas no ementário das mesmas. Quando se permite desenvolvimento destes recursos dentro das escolas, colégios, instituições de ensino em geral, e o uso dos mesmos pelos professores e/ou educadores, cria-se um mundo que permite, e porque não, obriga os envolvidos a raciocinar e se colocar no espaço de forma diferente e evolutiva. Este desafio possibilita benefícios a todos que participam do processo, sejam eles professores ou alunos.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, A. M. Arte e inclusão. In: ANDRIES, A. (Orgs). **Caderno de Textos: Educação, Arte e inclusão**. Vol. 1, n. 1 (1. Quandrim. 2002) – Rio de Janeiro: Funarte, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

_____. **Lei no 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

_____. **Decreto nº 3298/99, de 20 de dezembro de 1999**. Brasília 1999.

_____. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001.

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, 2003.

_____. **Decreto nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Portal de ajudas técnicas. **Tecnologia assistiva: recursos de acessibilidade ao computador**. Brasília, 2007.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2007. Acessado em nov. de 2010. Disponível no site: <http://portal.mec.gov.br>.

ESCOVINO, S. C. R.; RODRIGUES, S. da R. & FERNANDES, E. M. Recursos, Adaptações e Tecnologias Assistivas para Educandos com Necessidades Especiais. In: **Anais da 10ª Semana de Graduação da UERJ**. Rio de Janeiro, 2010.

FERNANDES, E. M.; GLAT, R.; ORRICO, H.; REDIG, A. G.; LEAL, F. & FEIJÓ, G. A inclusão de pessoas com necessidades especiais através dos projetos de extensão do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva da UERJ. In: **Revista Interagir (UERJ)**. Rio de Janeiro: RJ: 2005. v. 7, p. 141-146. ISSN 15198847.



____.; ORRICO, H.; SILVA, A. C. F. da & REDIG, A. G. A disciplina Prática Pedagógica em Educação Inclusiva no currículo das licenciaturas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: uma proposta de formação reflexiva. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial**. Londrina: PR, 2007.

____. & ORRICO, H. F. **Acessibilidade e Inclusão Social**. Rio de Janeiro: Editora Descubra, 2008.

____, REDIG, A. G. & SILVA, E. de C. e. A formação de professores para classes inclusivas e a importância do conhecimento acerca das adaptações curriculares In: **Anais do IX Jornada de Educação Especial - qualidade de vida para as pessoas com necessidades educacionais especiais: a dimensão das relações políticas, educacionais e familiares**. Marília: SP, 2008.

GLAT, R. (organização). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. 7ed. Letras: Rio de Janeiro, 2007.

LAUAND, G. B. A. Fontes de informação sobre tecnologia assistiva para favorecer a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. 2005. 210 f. **Tese (Doutorado em Educação Especial (Educ. do Indivíduo Especial))** - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

REDIG, A. G. & GLAT, R. Núcleo de Suporte e Ajudas Técnicas às Ações Inclusivas no Ensino Superior na UERJ. In: **Anais do IV Seminário Nacional sobre Educação e Inclusão social de Pessoas com Necessidades Especiais: Inclusão escolar e Social – Novos Aportes e novos Contextos**. Natal: UFRN, 2010.

RODRIGUES, S. R. & MACHADO, G. R. Importância do uso dos Recursos de Acessibilidade em Escolas Inclusivas. In: **Anais da XIV Semana de Educação da Faculdade de Educação**. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educacionais especiais**. 1994.